TUFFANI, Eduardo. “Os estudos latinos no Brasil” e filosofia e teologia em São Paulo em meados do governo do Morgado de Mateus (1771). *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, ano 21, n. 63, supl., p. 1672-1682, set./dez. 2015. Disponível em: <www.e-tuffani.com.br> e <www.filologia.org.br>.

“OS ESTUDOS LATINOS NO BRASIL” E FILOSOFIA E TEOLOGIA EM SÃO PAULO EM MEADOS DO GOVERNO DO MORGADO DE MATEUS (1771)

Eduardo Tuffani (UFF)
etuffani@yahoo.com.br

RESUMO

O tema dos estudos latinos no Brasil é retomado para que se faça uma revisão de pontos que ainda merecem tratamento. Ao se desenvolverem alguns desses pontos, é apresentado o quadro do ensino médio e superior em São Paulo no tempo do Morgado de Mateus. Para tanto, faz-se uso de fontes secundárias menos citadas, bem como de documentos setecentistas em letra impressa ou manuscrita.

Palavras-chave: Latim; Brasil; Ensino; História da Educação.

A primeira versão de “Os estudos latinos no Brasil” foi divulgada no IV Congresso Nacional de Estudos Clássicos ou XII Reunião da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos, evento realizado entre 5 e 10 de agosto de 2001 em Ouro Preto, na Universidade Federal de Ouro Preto. Durante muito tempo, essa versão esteve disponível na Internet. Com alguma correção, o texto foi publicado na revista *Classica* da SBEC (TUFFANI, 2000/2001). Como se tratava do primeiro artigo de maior extensão sobre o assunto, providenciou-se uma versão francesa para fim de publicação no exterior. Essa versão teve citação no relatório para o ano de 2005 da Fédération Internationale des Associations d’Études Classiques:

> A Brazilian colleague, Prof. Eduardo Tuffani (Rio de Janeiro), has drafted an article under the title « Les études latines au Brésil » (10 pages), providing me with an eletronic file. I will glady send it to the editors of a classical journal upon request. Interested individuals can also apply for a private copy (in pdf format). (SCHUBERT, 2006, p. 2.)

Mesmo assim divulgado, nesse ano de 2006, o trabalho de 2001 foi usado indevidamente por uma docente argentina num evento em homenagem a um latinista brasileiro. Quase metade da “conferência” por ela proferida era tradução literal para o espanhol de “Os estudos latinos no Brasil”! Pelo que se soube depois, não foi a primeira vez em que a professora fez algo dessa natureza. A versão francesa saiu pela revista *Ágora* da Universidade de Aveiro (TUFFANI, 2007a). A segunda versão

impressa em língua portuguesa, corrigida em alguns pontos, foi publicada como segunda unidade da "Introdução" ao *Repertório brasileiro de língua e literatura latina (1830-1996)* (*id*., 2006, p. 19-31). Desde 2013, essa versão corrigida está disponível em *site* profissional (<www.e-tuffani.com.br>).

Há muito tempo se faz necessária uma revisão de mais alguns pontos tratados no texto em pauta. Para a sua redação, foram utilizadas importantes fontes secundárias, escritas por autores que são referências em Latim, História e História da Educação. Com relação a esta última área de conhecimento, a obra de que se serviu foi *A cultura brasileira* de Fernando de Azevedo (1971). Humanista, sociólogo e pedagogo, F. de Azevedo também se destacou como administrador e fecundo pesquisador. Posteriormente, de F. de Azevedo se publicou *A transmissão da cultura* (AZEVEDO, 1976), terceira unidade de *A cultura brasileira*, reprodução da quinta edição utilizada e um dos mais felizes panoramas históricos da educação brasileira, verdadeira obra de referência, ainda que desatualizada e por vezes imprecisa e lacunosa.

Para efeito de revisão de "Os estudos latinos no Brasil", toma-se como base a versão corrigida impressa em português (TUFFANI, 2006, p. 19-31). Nas p. 21-22, lê-se: "O Ato Adicional de 6 de agosto de 1834 consolidou o ensino secundário no Brasil, ainda que de forma incipiente. [...] Datam da época as tradicionais escolas secundárias que passaram a manter o ensino oficial pelos grandes centros do país." Na sequência, trata-se da fundação do Colégio Pedro II e da sua importância para a educação e a cultura brasileiras (*id*., *ib*., p. 22). Assim como outros autores, F. de Azevedo não cita as duas escolas secundárias fundadas antes do Ato Adicional de 1834 nem as outras três posteriores ao Ato e anteriores ao CPII. A mais antiga escola oficial secundária brasileira é o atual Ginásio Pernambucano, criado em Recife em 1º de novembro de 1825, doze anos antes do CPII, como Liceu Provincial de Pernambuco. O Colégio Estadual do Ateneu Norte-Riograndense é a segunda oficial mais antiga, datando o Ateneu de Natal de 3 de fevereiro de 1834. A Escola Normal de Niterói se fundou em 1835, quarenta e cinco anos antes da criação do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1880). Em 1836, fundaram-se o Liceu Paraibano e o Liceu Provincial da Bahia, hoje Colégio Estadual da Bahia. Como foi criado pelo governo central, o CPII se tornou a escola-modelo do ensino secundário. Não se trata de querer diminuir a sua importância, mas nem tudo era como devia, haja vista o caso de Antônio de Castro Lopes, que assumiu a cadeira de Latim sem estar ainda preparado para tanto (*id*., 2007b, p. 56).

Nas p. 22-23 do texto a revisar (*id*., 2006), mencionam-se a Universidade de Manaus (1909/1910-1926), primeira brasileira, e a Universidade do Rio de Janeiro (1920), depois Universidade do Brasil e hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro. Merecem também citação a primeira Universidade de São Paulo (1911/1912-1928), de iniciativa privada, e a Universidade do Paraná (1912/1913-1915). Pouco estudada, a primeira Universidade de São Paulo é dada como extinta em 1917 pelos autores que dela se ocuparam. Em outros trabalhos, afirma-se que estava em atividade pelo menos até 1919 (*id*., 2009, p. 64, 76; *id*., 2010, p. 172; *id*., 2011, p. 23). Com base na documentação da primeira USP, ainda não estudada na sua totalidade, pode-se assegurar que o seu fechamento definitivo ocorreu em 1928 (ARQUIVO, 1990, p. 14). Com base na principal fonte sobre essa Universidade (UNIVERSIDADE, 1917, p. 7, 51, 88, 98, 113), a Escola de Ciências, Filosofia e Letras, uma de suas unidades, considera-se não instalada em outros trabalhos (TUFFANI, 2009, p. 75; *id*., 2010, p.

172). No *Inventário do fundo Universidade de São Paulo 1911-1928*, consta registro de notas de exames do curso preliminar da Escola tida como sem matrículas (ARQUIVO, *op*. *cit*., p. 19, 28, 29). F. de Azevedo trata a Universidade do Rio de Janeiro como a primeira fundada no Brasil (AZEVEDO, 1976, 187, 252), deixando de escrever sobre as que a antecederam.

O que está escrito sobre a "Faculdade de Letras e Filosofia de São Paulo" deve ser corrigido (TUFFANI, 2005, p. 261; *id*., 2006, p. 25). Para tanto, há um trabalho dedicado à Faculdade Paulista de Letras e Filosofia, denominação correta (*id*., 2011). Levado por fontes antigas, Américo Jacobina Lacombe a nomeia de forma imprópria e a data como anterior à Reforma Francisco Campos de 1931, arrolando as suas atividades até 1932 (LACOMBE, 1974, p. 155). A Faculdade Paulista foi instalada em 1º de junho de 1931 após o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, referente ao Estatuto das Universidades Brasileiras (TUFFANI, 2011, p. 26). Quando se pesquisou para o *Repertório brasileiro de língua e literatura latina (1830-1996)*, foram compulsadas centenas de periódicos nacionais, entre eles, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* e *Notícia Bibliográfica e Histórica* da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Muitas foram as anotações feitas, umas estão perdidas, outras foram localizadas posteriormente. Com amparo nestas últimas, é possível datar o fechamento da Faculdade Paulista de Letras e Filosofia em meados de 1933, data limite até prova em contrário (TUFFANI, 2011, p. 28). O Instituto de Pedagogia, Ciências e Letras "Sedes Sapientiae" (1933), depois agregado e incorporado à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, é considerado por muitos o primeiro estabelecimento instituído após a Reforma Francisco Campos (LACOMBE, *op*. *cit*., p. 155-156; TUFFANI, 2005, p. 261; *id*., 2006, p. 25). Como se pesquisou a esse respeito em outro trabalho, cabe à Faculdade Paulista de Letras e Filosofia essa posição, baseada em documentos contemporâneos ao Decreto nº 19.851 para a reforma do ensino superior (*id*., 2011, p. 26).

O Ministro da Educação e Saúde Pública Francisco Campos, por meio do Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, reformou o ensino universitário, instituindo o Estatuto das Universidades Brasileiras. F. de Azevedo também atribui a esse Decreto a criação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras, unidade da Universidade do Rio de Janeiro nunca inaugurada (AZEVEDO, *op*. *cit*., p. 169-170, em que se baseia TUFFANI, 2006, p. 25). A URJ foi reorganizada com o Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931, que fundou a Faculdade sem implantação. Numa outra passagem de "A transmissão da cultura", está o Decreto nº 19.852 respeitante à Universidade do Rio de Janeiro com a Faculdade de Educação, Ciências e Letras (AZEVEDO, *op*. *cit*., p. 252).

Ao se tratar da Escola de Filosofia e Letras da Universidade do Distrito Federal (1935), lê-se: "Também contando com estrangeiros, no curso de Latim e Grego, a UDF teve Jacques Perret como professor de Latim, que fez escola com destaque para Ernesto Faria." (TUFFANI, 2006, p. 26.) A Escola de Filosofia e Letras possuía uma Seção de Grego e Latim, mas nela se oferecia o "Curso de Professor de Língua Latina", em que também se estudavam "Língua e Literatura Gregas" ao longo dos três anos do curso destinado à formação de latinistas (PREFEITURA, 1935, p. 19, 40). Sobre o ensino do Latim no Brasil uma década após a antiga Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, está escrito: "Nos cursos de Letras, a graduação em Língua e Literatura Latina não se manteve sequer nas universidades católicas, permanecendo somente nas

instituições públicas com tradição nos estudos latinos." (TUFFANI, 2006, p. 29.) Segundo testemunho do Prof. Amós Coêlho da Silva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a Universidade Gama Filho chegou a manter, até a época, a dupla habilitação em Português-Latim, notória exceção entre os estabelecimentos particulares. Também se registra na p. 31 do texto a corrigir (*id*., *ib*.): "Nos anos 90, as graduações de Latim e Grego foram reativadas na Universidade Federal Fluminense." Essa informação dada não é adequada, pois o que houve foi uma mudança no quadro docente no início dos anos 90, tendo ficado a graduação de Latim desativada somente na maior parte da primeira metade dos anos 80.

Discorre-se agora sobre o papel da Companhia de Jesus na educação colonial brasileira. Não se pode negar a primazia dos jesuítas nesse processo, mas o fato é que isso tem sido tratado de forma exagerada, chegando-se a ignorar e diminuir outras iniciativas. Na esteira de F. de Azevedo, que segue outros (AZEVEDO, 1976, p. 10-11), vem na segunda unidade da "Introdução" ao *Repertório*:

> A intrução no Brasil dos primeiros séculos confundia-se com a presença da Companhia de Jesus, visto que, de 1549 a 1759, o ensino colonial esteve praticamente a cargo da Ordem. Ao contrário dos franciscanos, carmelitas e beneditinos, todos mais reclusos e ascéticos, os jesuítas faziam da educação um instrumento para a sua bandeira, o que em parte servia à expansão portuguesa. (TUFFANI, 2006, p. 19.)

Na segunda versão corrigida, para a nota que remete a F. de Azevedo (*op*. *cit*., *loc*. *cit*.), está escrito: "Franciscanos, carmelitas e beneditinos chegaram a manter escolas, das elementares às de Teologia, mas de forma irregular e diminuta." (TUFFANI, 2006, p. 19.) Essa informação é de fontes secundárias que estão em desacordo com a maioria que supervaloriza a importância da Companhia na instrução colonial, mas requer esclarecimento pois ainda minimiza outras contribuições no que respeita ao tema em questão. Também se afirma com relação aos jesuítas: "Com a expulsão da Companhia de Jesus, o ensino no Brasil praticamente se desorganizou, ficando reduzido aos [dois] seminários diocesanos e às escolas de fortificação, que vinham sendo fundadas desde o fim do século XVII." (*Id*., *ib*., p. 20, apoiado em AZEVEDO, *op*. *cit*., p. 47-48.)

A última passagem a rever diz respeito ao curso superior de Teologia fundado pelos franciscanos no Rio de Janeiro em 1776, segundo muitos, o primeiro criado após a expulsão da Companhia (TUFFANI, 2006, p. 21, baseado em AZEVEDO, *op*. *cit*., p. 54). Quando esse trecho foi redigido, tinha-se conhecimento de sua problemática, pois há uma fonte que dá como restabelecidos os cursos de Filosofia e Teologia em São Paulo em 1770 (RELAÇÃO, 1975, p. 59). Como não se conhecia fonte secundária que dela tratava no que toca à educação, bem como se ignoravam data de criação e encargo dos cursos, decidiu-se não levantar a questão na época por falta de informação. Posteriormente, tomou-se conhecimento de que, em *História da educação lusobrasileira*, Tito Livio Ferreira tinha se ocupado da fonte antes de ser publicada, mas nada acrescentando além do que nela se afirma (FERREIRA, 1966, p. 223).

Basílio Röwer estudou a presença franciscana no sul do Brasil, deixando evidente que os jesuítas não eram os únicos responsáveis pela instrução no Brasil colonial. No caso do Rio de Janeiro, os cursos de Filosofia (médio ou intermediário) e Teologia (superior) foram criados em 1650 sob Frei Sebastião do Espírito Santo (RÖWER, 2008, p. 40). O curso de Teologia que se afirma datar de 1776 era uma

remodelação do curso seiscentista feita por Frei Fernando de São José com amparo no Alvará Régio de 11 de junho de 1776 (*id*., *ib*., p. 131-132). A última nomeação de mestre desse curso de Teologia franciscano se deu em 1805 (*id*., *ib*., p. 132). No Convento de São Francisco de São Paulo, os cursos de Filosofia e Teologia se fundaram em 1675 e foram instalados em 1677 (*id*., 1957, p. 93-94). Os cursos estavam em atividade no século XVIII, mantendo a oferta do curso médio e do curso superior, totalizando seis anos de estudos, três no de Filosofia e três no de Teologia (*id*., *ib*., p. 95-96). A última nomeação para lente ocorreu em 1818 (*id*., *ib*., p. 96). Entre 1762 e 1768, cursou Filosofia e Teologia com os franciscanos de São Paulo Frei Galvão, Antônio de Sant'Ana Galvão, agora canonizado (MARISTELA, 1954, p. 40-41, 47). Para se marcar a presença dos franciscanos, os casos de São Paulo e Rio de Janeiro bastam pois, no norte do Brasil, os estudos eram mais desenvolvidos.

Os beneditinos também se dedicaram ao ensino, concentrando as suas atividades no norte da Colônia. Embora se disponha de menos dados sobre criação, funcionamento e extinção, Joaquim G. de Luna fornece as informações necessárias em *Os monges beneditinos no Brasil*:

> No Brasil os estudos eclesiásticos dos monges, isto é, os cursos de filosofia e teologia, eram feitos nos mosteiros da Bahia, Rio de Janeiro e Olinda, mas, parece, não simultâneamente nas três abadias, porém, quase sempre, em duas ao mesmo tempo. (LUNA, 1947, p. 69-70.) [...] Assim, pelos dados biográficos dos monges, pode-se concluir terem os estudos funcionado simultâneamente, quase sempre, em dois mosteiros, um do Norte, Bahia ou Olinda, e outro do Sul, Rio de Janeiro. (*Id*., *ib*., p. 70.)

Pelo que se lê, não é verdade que a expulsão da Companhia de Jesus levou consigo quase todo o sistema educacional da América Portuguesa. O Rio de Janeiro contava com mais de um curso superior de Teologia, e São Paulo, então cidade não muito grande, era servida na instrução pelo Convento de São Francisco, também dispondo do curso superior de formação religiosa. Durante o período colonial, é bom lembrar, no Brasil só vingaram cursos superiores de Teologia e de Engenharia, este com uma única escola, o que não se aprofunda em "Os estudos latinos no Brasil" (TUFFANI, 2006, p. 20). A Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho foi criada no Rio de Janeiro em 1792, remodelada em 1810 como Academia Real Militar, da qual derivam o Instituto Militar de Engenharia (IME) e a Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A Metrópole não permitia o funcionamento de cursos de outras especialidades, mas houve um curso de Matemática, fundado na Bahia em 1757, pouco tempo antes da expulsão dos jesuítas em 1759 (LEITE, 2004, p. 59-60, 78).

Voltando à fonte de 1770 que trata do restabelecimento dos cursos de Filosofia e Teologia em São Paulo, publicada em *O movimento academicista no Brasil 1641-1820/22*, a cargo de José Aderaldo Castello (RELAÇÃO, 1975, p. 55-216), deve-se lembrar que São Paulo contava com os cursos médio e superior franciscanos. Para se comemorar a descoberta do sertão do Tibagi, homenageando-se o governante de São Paulo, em agosto de 1770, houve solenidades e atividades literárias, estas na Academia dos Felizes, instituída nesse mês festivo. Dom Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, IV Morgado de Mateus, governador da Capitania de São Paulo, deu festas públicas em louvor da Senhora Santa Ana: "Na sexta-feira 17 houve folias de pretos pelas ruas, representadas pelos Estudantes dos Cursos de Filosofia, e Teologia, que sua Excelência

procurou estabeler nesta cidade." (*Id*., *ib*., p. 59.) Isto faz lembrar-se o curso de Teologia reorganizado no Rio de Janeiro em 1776. Como em São Paulo os franciscanos tinham os seus cursos em atividade quando o Morgado de Mateus iniciou a sua administração, como prova a formação de Frei Galvão de 1762 a 1768, pois o Morgado governou de 1765 a 1775, o que deve ter ocorrido foi uma remodelação pedagógica. Em *Autoridade e conflito no Brasil colonial*, Heloísa Liberalli Bellotto estudou o governo do Morgado de Mateus, citando a fonte que trata das festas de Santa Ana em São Paulo em 1770. A fonte é citada por meio de Tito Livio Ferreira (BELLOTTO, 2007, p. 211) e também com base nos originais do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (*id*., *ib*., p. 213). Com base em suas pesquisas, H.L. Bellotto afirma que, em 1772, Dom Luís Antônio de Sousa se dirigiu aos franciscanos de São Paulo para que se orientassem pelas instruções das reformas do ensino na Metrópole (*id*., *ib*., p. 212). Tudo leva a se pensar que, apesar das datas, é certo que o Morgado de Mateus preocupava-se e, como governante, devia fazê-lo em matéria de educação, pois era o representante da Coroa Portuguesa na Capitania de São Paulo. Quanto à posteridade da data, deve-se lembrar que, em 1770, o Morgado de Mateus estava no meio do seu governo em São Paulo. O registro que se faz na fonte pode se tratar de uma antecipação de uma medida a ser tomada ou de uma feita anteriomente, mas de que não se tem notícia.

Na Coleção Morgado de Mateus da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, há um manuscrito datado de 15 de novembro de 1771, assinado por Ângelo do Sacramento, Abade do Mosteiro Nossa Senhora da Assunção, casa beneditina de São Paulo, que atesta a abertura de um curso de Teologia a cargo da Ordem de São Bento. O atestado afirma que, sendo Provincial da Ordem Frei Gaspar da Madre de Deus, Dom Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, estando ambos presentes no Mosteiro de São Bento, tratou do estabelecimento do curso de Teologia, considerando: "[...] q[ue] era util a esta cid[ad].^{e} abrirem se estudos nella, em este Most[eir].^{o}, visto em todas as mais Comunid[ad].^{es} de Religiozos della actualm[en].^{te} terem os Cursos de Filosofia, e Teologia" (ATESTADO, 1771). Após discorrer brevemente sobre as condições do Mosteiro de São Bento, registra a abertura do curso sob o impulso do Morgado de Mateus (*id*.). Como o atestado não informa outra data, deve-se tomar a que vem nele como a da inauguração de mais um curso de Teologia na São Paulo setecentista. Frei Gaspar da Madre de Deus foi Provincial durante o triênio de 1766 a 1769 (TAUNAY, 1975, p. 14, 16). Antes de 1770, o Morgado havia manifestado o seu interesse com o ensino de acordo com outras diretrizes, pois era a preocupação do governo português na Europa e nas suas colonias ultramarinas. O curso de Teologia era continuação do de Filosofia para fim de formação religiosa. Como não cabe especulação, o fato é que não se dispõe de informação sobre o curso médio nessa abadia de São Bento. É da autoria de Affonso de Taunay o livro *Historia antiga da abbadia de São Paulo*, do qual não foi possível fazer consulta, panorama de 1598 a 1772, obra publicada em São Paulo em 1927. Para se compensar a falta dessa leitura, leram-se vários títulos de Taunay sobre São Paulo no século XVIII, nada tendo sido encontrado a respeito do curso beneditino. Resta saber se o historiador ou outro estudioso ocupou-se do tema e do manuscrito, que dá ciência de terem mantido cursos de Filosofia e Teologia, em São Paulo por volta de 1770, "todas as mais comunidades de religiosos" (ATESTADO), levando a se crer que os carmelitas, Ordem forte em São Paulo colonial, mantiveram também os seus cursos

ao tempo do Morgado de Mateus. Daí vem que os estudantes que atuaram nas "folias de pretos" eram do Convento de São Francisco, mais tradicional, ou do Convento de Nossa Senhora do Carmo, se não eram de ambos. Sobre os cursos a cargo dos carmelitas, a pesquisa também se mostrou infrutífera, mas o atestado é muito claro a esse respeito. Cabe lembrar que os beneditinos de São Paulo não eram dos mais favorecidos, ao contrário dos carmelitas, que chegaram a ombrear com os jesuítas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Inventário do fundo Universidade de São Paulo 1911-1928*. São Paulo, 1990.

ATESTADO de abertura do curso de Teologia. Mosteiro de São Bento da cidade de São Paulo, 15 novembro 1771. 1 f. Original. Assinado por Ângelo do Sacramento, abade do Mosteiro de N. Sra. da Assunção da cidade de São Paulo. Coleção Morgado de Mateus. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. 5. ed. rev. ampl. São Paulo: Melhoramentos, Universidade de São Paulo, 1971.

_____. *A transmissão da cultura*: parte terceira da 5.ª edição da obra "A cultura Brasileira". São Paulo: Melhoramentos; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1976.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial*: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775). 2. ed. rev. São Paulo: Alameda, 2007.

FERREIRA, Tito Livio. *História da educação lusobrasileira*. São Paulo: Saraiva, 1966.

LACOMBE, Américo Jacobina. *Introdução ao estudo da história do Brasil*. São Paulo: Nacional, Universidade de São Paulo, 1974.

LEITE, Serafim *História da Companhia de Jesus no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2004. v. 3, t. 7-9.

LUNA, Joaquim G. de. *Os beneditinos no Brasil*: esbôço histórico. Rio de Janeiro: Lumen Christi, 1947.

MARISTELA. *Frei Galvão, bandeirante de Cristo*. Petrópolis: Vozes, 1954.

PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL. *Universidade do Districto Federal*. Rio de Janeiro, 1935.

RELAÇÃO das Festas Públicas, que na Cidade de São Paulo fez [...] Dom Luís Antônio de Sousa em louvor da Senhora Santa Ana [...], [S.I.A.], 1770. In:

CASTELLO, José Aderaldo. *O movimento academicista no Brasil 1641-1820/22*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1975. v. 3, t. 4. p. 55-216.

RÖWER, Basílio. *Páginas de história franciscana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1957.

_____. *O Convento Santo Antônio do Rio de Janeiro*: sua história, memórias, tradições. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

SCHUBERT, Paul. The Secretary General's report for the period from Jan. 1st till Dec. 31st, 2005. Neuchâtel: Fédération Internationale des Associations d'Études Classiques, 2006.

TAUNAY, Affonso de E. Frei Gaspar da Madre de Deus (1715-1800). In: MADRE DE DEUS, Gaspar. *Memórias para a história da Capitania de São Vicente*. Prefácio de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975. p. 7-23.

TUFFANI, Eduardo. Os estudos latinos no Brasil. *Classica*: Revista Brasileira de Estudos Clássicos, São Paulo, Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos, v. 13/14, n. 13/14, p. 393-402, 2000/2001.

_____. Nota comemorativa dos cursos de Letras no Brasil no seu octogésimo aniversário. *Revista da Anpoll*, Campinas, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Lingüística, Universidade Estadual de Campinas, v. 19, p. 259-262, jul./dez. 2005.

_____. *Repertório brasileiro de língua e literatura latina (1830-1996)*. Cotia: Íbis, 2006.

_____. Les études latines au Brésil. *Ágora*: Estudos Clássicos em Debate, Aveiro, Universidade de Aveiro, v. 9, p. 167-182, 2007a.

_____. A polêmica Castro Lopes-Totvárad e o ensino do latim no Brasil por volta de 1850. In: CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDOS CLÁSSICOS, 16., 2007, Araraquara. *Ócio & trabalho no mundo antigo*: catálogo geral. Araraquara: Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos, 2007b. p. 55-56.

_____. Centenário da Universidade brasileira: para a história da Universidade de Manaus (1909/1910-1926). *Soletras*: Revista do Departamento de Letras, São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ano 9, n. 17, supl., p. 64-80, jan./jun. 2009.

_____. Nota pelos cem anos do ensino superior de filosofia no Brasil (1908-2008). *Soletras*: Revista do Departamento de Letras, São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ano 10, n. 20, supl., p. 167-183, jul./dez. 2010.

_____. A Faculdade Paulista de Letras e Filosofia (1º de junho de 1931). *Soletras*: Revista do Departamento de Letras, São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ano 11, n. 21, p. 22-29, jan./jun. 2011.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Fundação da Universidade de S. Paulo*: inauguração official: inicio dos cursos superiores. S. Paulo: Duprat, 1917.